

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

A INFLUÊNCIA DO SISTEMA ECONÔMICO DA CANA-DE-
AÇÚCAR NA VIDA DOS HABITANTES DE ALAGOAS

AUTOR: TIAGO PADILHA

ORIENTADOR: SOLANO NASCIMENTO

MEMORIAL DE PROJETO EXPERIMENTAL EM JORNALISMO

BRASÍLIA – DF

NOVEMBRO DE 2011

TIAGO PADILHA

A INFLUÊNCIA DO SISTEMA ECONÔMICO DA CANA-DE-AÇÚCAR NA VIDA DOS
HABITANTES DE ALAGOAS

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade de
Brasília como requisito parcial para obtenção do título de bacharel
em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Solano Nascimento _____

Convidado: Sérgio de Sá _____

Convidado: Leonardo Cavalcanti _____

Suplente: Márcia Marques _____

ALUNO APROVADO COM A NOTA: _____

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2011

RESUMO

O projeto consistiu na produção de um livro-reportagem intitulado **Doce verde amargo – Traços da influência da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas**, cujo tema é a influência do sistema econômico da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas. No estado, a cultura da cana responde por 84% do valor bruto da produção agrícola e por 95% das exportações. São apresentados diversos dados que revelam a importância do setor sucroalcooleiro não só para a economia alagoana, como para sua política. A reportagem compõe um perfil jornalístico inédito do setor e aborda a penetração dele em quatro grandes áreas: economia, política, trabalho e meio ambiente. Os principais referenciais teórico-metodológicos são os conceitos de reportagem e livro-reportagem apresentados no livro *Páginas Ampliadas*, de Edvaldo Pereira Lima, e, no que diz respeito ao estudo da cultura da cana em Alagoas, os autores Manuel Diégues Júnior, Manuel Correia de Andrade e Cícero Péricles de Carvalho. As principais conclusões do trabalho são: os empresários se valem da política institucional para obterem favores estatais, sem os quais não teriam tanta relevância social e econômica; fornecedores de cana e usineiros desrespeitam leis ambientais e trabalhistas; os índices sociais na região canavieira são de baixo desenvolvimento; e a produção de cachaça, rapadura e outros derivados da cana é economicamente frágil.

Palavras-chave: cana-de-açúcar, Alagoas, política, economia, usina, fornecedor, trabalhador, derivados

SUMÁRIO

1) Introdução	5
2) Fundamentos conceituais	8
2.1) Reportagem	8
2.2) Livro-reportagem	14
2.3) Jornalismo investigativo	17
2.4) Jornalismo literário	19
3) O sistema econômico da cana-de-açúcar em Alagoas, da Colônia ao século XXI	24
4) A feitura da reportagem, da concepção ao ponto final	36
5) Expediente do livro-reportagem	41
6) Livros e outras fontes consultadas para a produção do memorial e da reportagem	42

1) Introdução

“Eu trago a minha terra em meus olhos, eu trago a minha terra em meu olfato, minha terra cheira a mel quente dos engenhos, minha terra tem o gosto ardente dos canaviais”, escreveu o poeta e historiador alagoano Jayme de Altavila, em *Canto Nativo* (apud TENÓRIO e DANTAS, s.d.: 13). Implantada na costa nordestina a partir do século XVI, a cana-de-açúcar foi a primeira atividade econômica desenvolvida pelos colonizadores portugueses e marcou o processo de formação e consolidação do país. Porém, em nenhum outro estado brasileiro a cana se manteve tão soberana.

Pelo território alagoano estende-se um “verde dominador e obsessivo”, nos dizeres do historiador Douglas Apratto (TENÓRIO e DANTAS, s.d.: 13). A cana ocupa a maior – e melhor – área da produção agrícola do estado. Em 2010, segundo o IBGE, cobria 71% da área plantada e estava presente em 62 dos 100 municípios do estado. A área restante (29%) era dividida entre 25 culturas. Também em 2010, a cana detinha 84% do valor bruto da produção agrícola e 95% do valor das exportações do estado.

A cana faz com que, em setembro, quando a safra se inicia, o município de Coruripe (52 mil habitantes), que abriga três usinas, contrate mais gente do que capitais como Fortaleza (2,4 milhões de habitantes) e Curitiba (1,7 milhão de habitantes). Também é a cana que faz com que, em abril, quando a safra se arrefece, seis cidades alagoanas, onde se instalam 11 usinas, estejam entre as 12 que mais demitem no país, segundo levantamento do site G1 a partir de dados do Ministério do Trabalho e Emprego.

Se a usina Coruripe, a maior unidade produtora de açúcar e álcool do estado, fosse uma cidade, sua área própria de 28,4 mil hectares seria superior às áreas de 59 municípios alagoanos.

Em relatório de 2008 sobre as maiores empresas nordestinas, o Banco do Nordeste tomou o estado como exemplo da falta de diversificação da economia, ao contrapô-lo a outros dois produtores de cana: Pernambuco (segundo maior produtor da região) e Bahia (quinto maior produtor). Das quatro maiores empresas alagoanas, três eram usinas.

Esses e outros números revelam a importância do setor sucroalcooleiro em Alagoas. O livro-reportagem **Doce verde amargo – Traços da influência da cana-de-açúcar na sociedade de Alagoas** (doravante referido sem seu subtítulo), para cuja produção se voltou este projeto, está dividido em três capítulos.

O capítulo 1 da reportagem, intitulado “A cana e a política”, mostra que, em Alagoas, onze famílias são proprietárias de 22 das 24 usinas e destilarias em atividades. E grande parte dos industriais também se destaca em outros setores da economia, criando gado, possuindo meios de comunicação e algumas das maiores revendedoras de carro.

Como sói acontecer, o domínio econômico se reflete em poderio político. O setor sucroalcooleiro não seria tão forte, não fossem os favores do Estado. E, para se prevenir contra possíveis aventureiros, o setor financia candidatos e costuma ter êxito nas urnas. Atualmente, o governador, dois senadores e outros tantos políticos receberam a bênção dos industriais.

O capítulo 2, “A cana e o trabalho”, apresenta mais atores da agroindústria açucareira: os fornecedores de cana e os trabalhadores rurais. Os primeiros se encarregam da produção da matéria-prima, mas vêm perdendo terreno para as plantações próprias das usinas e mantêm com os industriais ora relações amigáveis, ora conflituosas.

No caso dos trabalhadores, o que predomina é o confronto. Em média, os cortadores derrubam sete toneladas por dia para receberem, ao final do mês, menos de dois salários mínimos. E parte do que lhes é devido é – manifesta ou sorrateiramente – apropriado pela usina,

como mostra a ação dos órgãos de fiscalização do Trabalho. Nos últimos anos, os trabalhadores ainda têm enfrentado a concorrência das máquinas de campo, como as colhedoras, cada uma das quais chega a substituir 100 homens.

O capítulo 2 também mostra que os microfornecedores de cana compõem uma categoria híbrida, que sofre penúrias de quem empunha os facões das usinas. A reportagem encontrou alguns desses fornecedores em assentamentos de reforma agrária no município de Atalaia, assim como acompanhou a manhã de trabalho de um cortador em São Luis do Quitunde, desde o momento em que desperta, antes de o sol nascer.

A produção de cachaça, rapadura e outros derivados da cana é esmiuçada no capítulo 3, “A cana periférica”. Os fabricantes de aguardente se concentram na Zona da Mata, mas parte da cana que foge às usinas prefere brotar longe dali. No outro extremo do estado, no sertão, os engenhos repetem técnicas seculares e, quase sempre, sobrevivem a duras penas, sob o risco de não animarem as fornalhas na safra seguinte.

A reportagem busca fazer um retrato da economia da cana-de-açúcar em Alagoas em 2011, sem ignorar sua longa história. A ideia é que o trabalho se caracterize, também, como documento a ser consultado por quem queira saber a situação da cana nesse ano.

A deliberada profusão de dados, em certa medida, inspira-se na obra do sociólogo Manuel Diégues Júnior. Os livros *O bangüê nas Alagoas* e *O engenho de açúcar no Nordeste*, escritos por ele, serviram de modelo para a estrutura da reportagem e para a escolha dos assuntos que ela aborda. Este trabalho pretende homenagear Diégues Júnior, cujo centenário de nascimento se completa em 2012.

2) Fundamentos conceituais

Este capítulo expõe os pressupostos teóricos do projeto. A seção 2.1 discorre sobre os conceitos de reportagem e grande reportagem e os diferencia de notícia. Na seção 2.2, define-se livro-reportagem e aponta-se em que categoria de livro-reportagem o produto se enquadra, segundo a classificação proposta por Edvaldo Pereira Lima. Na seção 2.3, estabelece-se o significado de jornalismo investigativo e demonstra-se que a reportagem **Doce verde amargo** faz, em pelo menos um de seus relatos, tanto jornalismo investigativo como jornalismo sobre investigações. A seção 2.4 define jornalismo literário e localiza partes da reportagem em que foram utilizadas técnicas de apuração e redação passíveis de serem classificadas como jornalismo literário.

2.1) Reportagem

Muitos acontecimentos despertam interesse, poucos terminam nas páginas dos jornais ou na tela da televisão. A **notícia** não pode ser definida simplesmente como acontecimento interessante. “Notícia é o relato, conciso e sob certa ótica, de um acontecimento selecionado, submetido a tratamento específico e publicado num meio de comunicação” (PANIAGO, 2008: 23).

Os norte-americanos Harvey Molotch e Marilyn Lester ressaltam que as notícias resultam da necessidade dos seres humanos de ter acesso ao que não presenciaram.

Toda a gente precisa de notícias. Na vida quotidiana, as notícias contam-nos aquilo a que nós não assistimos directamente e dão como observáveis e significativos *happenings* que seriam remotos de outra forma. (...) Embora aqueles que fazem a sua vida no trabalho jornalístico (repórteres, *copy editors*, *publishers*, tipógrafos, etc.) tenham necessidade suplementares de notícias, todos os indivíduos, em virtude dos modos como vêm e relatam aquilo que crêem ser o mundo pré-determinado, são diariamente produtores de notícias. As notícias são assim o resultado desta necessidade invariante de relatos do inobservado, desta capacidade de informar os outros, e o trabalho de produção daqueles que estão nos *media*. (MOLOTCH e LESTER *apud* NASCIMENTO, 2007: 19).

Segundo Edvaldo Pereira Lima, a notícia é a fórmula básica de comunicar encontrada pelo jornalismo contemporâneo, “caracterizado pela produção estandardizada, em larga escala, que começa a nascer no século XIX” (LIMA, 2009: 16). A notícia se refere ao acontecimento real que interesse a pelo menos um grupo importante entre os segmentos de receptores de uma dada mensagem jornalística (LIMA, 2009: 16). O conceito moderno de atualidade adotado na prática jornalística pode abranger uma ocorrência antiga, mas que se “atualiza” por causa de um novo fato que “desperta” o interesse público por essa ocorrência ou por causa de um artifício que a leve ao presente (LIMA, 2009: 17).

Na produção jornalística, a notícia segue fórmulas que resultam na simplificação do relato em torno dos seus componentes *o que, quem, quando, como, onde e por que*, distribuídos de maneiras distintas, conforme se opte pelas técnicas chamadas de “pirâmide invertida”, “pirâmide normal” ou “pirâmide mista”. A mensagem estruturada nessa fórmula se enquadra na categoria conhecida por “jornalismo informativo”, cujo papel é informar e orientar de modo

rápido, claro, preciso, exato, objetivo. Por causa disso, a notícia é criticada, frequentemente, como superficial (LIMA, 2009: 17).

Para permitir ao receptor do relato uma compreensão mais ampla sobre o fato, o jornalismo desenvolveu a modalidade de mensagem denominada **reportagem**. “É a ampliação do relato simples, raso, para uma dimensão contextual” (LIMA, 2009: 18). O jornalista Ricardo Noblat define, concisamente, notícia como “o relato mais curto de um fato”, ao passo que a reportagem é “o relato mais circunstanciado do fato” (NOBLAT *apud* MAGNO, 2006: 22).

Embora acate a definição de Noblat, a pesquisadora e jornalista Ana Beatriz Magno admite que os conceitos de notícia e reportagem “estão cercados de polêmica tanto no território acadêmico quanto no mundo do mercado” (MAGNO, 2006: 22). Segundo o manual de redação da Folha de S. Paulo, notícia é

“a informação que se reveste de interesse jornalístico; puro registro dos fatos, sem comentário nem interpretação. A exatidão é seu elemento-chave (...). A definição do interesse jornalístico depende de critérios flexíveis que variam em função do tempo lugar de publicação, etc.” (MAGNO, 2006: 23).

No mesmo manual, reportagem é

“o núcleo essencial do jornalismo, deve sempre conter a descrição do fato, todas as versões das partes envolvidas e, se possível, a opinião de especialistas. O repórter deve sentir e registrar o ambiente para poder relatá-lo. A qualidade do texto final depende, em grande parte, do rigor da apuração” (MAGNO, 2006: 23).

De acordo com o manual de redação de O Estado de S. Paulo, a reportagem empreende uma investigação mais dilatada, em comparação com a notícia:

“A reportagem pode ser considerada a própria essência de um jornal e difere da notícia pelo conteúdo, extensão e profundidade. A reportagem busca mais: partindo da própria notícia, desenvolve uma sequência investigativa que não cabe na notícia. Assim, apura não somente as origens do fato, mas suas razões e efeitos. A notícia não esgota o fato; a reportagem pretende fazê-lo” (MAGNO, 2006: 23).

Ambos os manuais exprimem a crença de que as notícias espelham a realidade, os fatos. A idéia é equivocada, como demonstra Gonzaga Motta:

“Ao contrario, a notícia é produto de uma percepção consciente ou inconscientemente seletiva da realidade por parte do jornalista a partir de seus critérios profissionais, pessoais ou institucionais. (...) A notícia é, portanto, um *constructo* cultural relativo a uma determina ordem de coisas, relativo a uma determinada estabilidade social e histórica institucionalizada” (MOTTA *apud* MAGNO, 2006: 24).

O que distingue notícia de reportagem, na visão do pesquisador José Marques de Melo, é a abordagem, o foco. “A notícia é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social. A reportagem é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística” (MELO *apud* MAGNO, 2006: 25).

Cremilda Medina considera que a notícia e a reportagem apresentam tratamentos diferentes com relação ao tempo: “Enquanto a notícia fixa o aqui, o já, o acontecer, a reportagem determina um sentido desse aqui num circuito mais amplo, reconstitui o já no antes e no depois, deixa os limites do acontecer para um estar acontecendo atemporal ou menos presente” (MEDINA *apud* MAGNO, 2006: 26).

O objeto da reportagem são assuntos, mais que fatos novos, de acordo com Nilson Lage: “Entre os gêneros de texto correntes nos jornais, a notícia distingue-se com certo grau de sutileza da reportagem, que trata de assuntos, não necessariamente de fatos novos; nesta, importam mais as relações que reatualizam os fatos, instaurando um dado conhecimento do mundo” (LAGE *apud* NASCIMENTO, 2007: 20).

O estudioso Paulo Paniago reclama do fato de a reportagem ser “um gênero pouco compreendido pelas análises jornalísticas” (PANIAGO, 2008: 275). Embora sejam publicados relatos ou as próprias reportagens, não são numerosos os tratados dedicados a dizer o que caracteriza este gênero jornalístico. Apesar disso, pesquisadores e jornalistas parecem concordar em que a reportagem “tem como centro o ser humano e sua aventura, precária ou bem sucedida, no mundo” (PANIAGO, 2008: 275). E, embora possa contemplar também pessoas de destaque, “é por excelência, o lugar dos humildes, dos anônimos, dos que só aparecem no jornal uma vez na vida”, nos dizeres de Igor Fuser (*apud* PANIAGO, 2008: 276).

Para Muniz Sodré e Maria Helena Ferrari, autores de “Técnica de reportagem – Notas sobre a narrativa jornalística”, a reportagem é extensão da notícia, “e, por excelência, a forma-narrativa do veículo impresso (embora a entrevista, sobretudo o perfil, possa também, às vezes, assumir uma forma-narrativa)” (SODRÉ e FERRARI *apud* PANIAGO, 2008: 276). O gênero se define a partir da presença da narrativa.

“Algumas de suas características — predominância da forma narrativa; humanização do relato; texto de natureza impressionista; objetividade dos fatos narrados — podem ou não estar presentes, mas o que realmente é importante é a presença da narrativa” (PANIAGO, 2008: 276).

O processo de apuração da reportagem exige a presença do jornalista no evento que descreve, o que não precisa acontecer no caso da notícia. O procedimento de obtenção da reportagem pode durar semanas, meses ou anos.

“Requer atenção a detalhes e minúcias que a pressa jamais deixaria o repórter captar. Há como que um trabalho de ruminação, para se chegar ao núcleo das afirmativas e construir, com paciência, um texto agradável ao leitor, sem deixar de lado o teor de compreensão da realidade abordada no tema da reportagem. Sorte ou intuição existem, mas desempenham papel secundário no processo” (PANIAGO, 2008: 276).

A reportagem ganha a classificação de **grande reportagem**, segundo Edvaldo Pereira Lima, quando “o aprofundamento é extensivo e intensivo, na busca do entendimento mais amplo possível da questão em exame. Em particular, ganha esse *status* quando incorpora à narrativa elementos que possibilitam a compreensão verticalizada do tema no tempo e no espaço” (LIMA, 2009: 24). A grande reportagem “possibilita um mergulho de fôlego nos fatos e em seu contexto, oferecendo, a seu autor ou a seus autores, uma dose ponderável de liberdade para escapar aos grilhões normalmente impostos pela forma convencional do tratamento da notícia” (LIMA, 2009: 18).

2.2) Livro-reportagem

A linha evolutiva que se inicia na notícia, passa pela reportagem e chega à grande reportagem, no sentido de um alargamento do relato jornalístico – conforme se explicou na seção 2.1 –, atinge o ápice com o **livro-reportagem**. Como objeto de estudo, essa categoria ainda não desperta significativamente a atenção da comunidade acadêmica, na avaliação de Edvaldo Pereira Lima (2009: 4).

A concepção de livro-reportagem aceita por este projeto é defendida por Lima no decorrer da obra “Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura”.

“Entendendo a reportagem como a ampliação da notícia, a horizontalização do relato – no sentido da abordagem extensiva em termos de detalhes – e também sua verticalização – no sentido de aprofundamento da questão em foco, em busca de suas raízes, suas implicações, seus desdobramentos possíveis –, o livro-reportagem é o veículo de comunicação impressa não periódico que apresenta reportagens em grau de amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos. Esse ‘grau de amplitude superior’ pode ser entendido no sentido de maior ênfase de tratamento ao tema focalizado – quando comparado ao jornal, à revista ou aos meios eletrônicos –, quer no aspecto extensivo, de horizontalização do relato, quer no aspecto intensivo, de aprofundamento, seja quanto à combinação desses dois fatores” (LIMA, 2009: 26).

O aprofundamento extensivo, ou horizontal, ocorre quando o leitor é apresentado com dados, números e detalhes que ampliam quantitativamente sua taxa de conhecimento do tema. O aprofundamento intensivo, ou vertical, dá-se quando as informações possibilitam aumentar qualitativamente sua taxa de conhecimento, a partir de uma análise multiangular de causas e conseqüências, de efeitos e desdobramentos, de repercussões e implicações. (LIMA, 2009: 40).

O livro-reportagem se distingue das demais publicações classificadas como livro por três condições essenciais: 1) quanto ao *conteúdo*, o objeto de abordagem de que trata o livro corresponde ao real, ao factual; 2) quanto ao *tratamento*, entendido como linguagem, montagem e edição do texto, apresenta-se eminentemente jornalístico; 3) quanto à *função*, pode servir a finalidade típicas ao jornalismo, que se desdobram desde o objetivo fundamental de informar, orientar, explicar. (LIMA, 2009: 26-28).

O livro-reportagem diferencia-se dos periódicos em dois aspectos.

Apesar de se caracterizar pela *universalidade* – a temática é tão variada quanto nos jornais e nas revistas – e pela *difusão coletiva* – pois também circula publicamente para uma audiência heterogênea, dispersa geograficamente –, o livro-reportagem não apresenta *periodicidade*, tem quase sempre caráter monográfico, bem como seu conceito de *atualidade* deve ser compreendido sob uma ótica de maior elasticidade do que o que se aplica às publicações periódicas (LIMA, 2009: 30).

No livro-reportagem, o tempo presente possui uma extensão superior àquele encontrado nos periódicos. Ao mesmo tempo, preenche uma lacuna deixada pelas publicações periódicas, que comumente luta contra o relógio e a cujos profissionais costuma faltar o hábito da pesquisa

mais apurada sobre o tema de sua pauta, antes de partir para a coleta de dados que resultará na matéria. Resume Cremilda Medina:

(...) a atualidade do jornalismo parece não ser válido no caso do livro-reportagem. Mas um sentido mais sutil é perfeitamente válido. Porque a preocupação real do jornalismo é entender a contemporaneidade. (...) através do saber jornalístico, nós podemos também ir a especulações mais profundas que ultrapassam o imediatismo da notícia, sem perder a diretriz básica, que é se situar na contemporaneidade (MEDINA *apud* LIMA, 2009: 31).

Paulo Paniago observa que “alguns textos de reportagem crescem tanto que fica difícil para alguns veículos incorporar o material” (2008: 24). É aí que, a depender da relevância do assunto tratado, pode nascer o livro-reportagem. “O tratamento conferido ao texto para publicação em livro se altera, uma vez que existe liberdade editorial bem mais generosa que nas redações de veículos de imprensa e a possibilidade de contextualizar com maior escopo” (PANIAGO, 2008: 24).

De acordo com a classificação oferecida por Lima – composta por 13 grandes grupos –, a reportagem **Doce verde amargo** se caracteriza como um livro-reportagem-retrato, que exerce papel parecido, em princípio, ao livro-reportagem-perfil. No entanto, o último tipo “procura evidenciar o lado humano de uma personalidade pública ou de uma personagem anônima que, por algum motivo, torna-se de interesse” (LIMA, 2009: 51). Por sua vez, o livro-retrato

“não focaliza uma figura humana, mas sim uma região geográfica, um setor da sociedade, um segmento da atividade economia, procurando traçar o retrato do objeto em questão.

Visa elucidar, sobretudo, seus mecanismos de funcionamento, seus problemas, sua complexidade” (LIMA, 2009: 52).

Neste memorial, quando nos referimos ao produto **Doce verde amargo** como um perfil do sistema econômico da agroindústria sucroalcooleira em Alagoas, o termo *perfil* é empregado em sentido figurado, uma vez que o objeto da reportagem não é uma pessoa, mas um setor econômico, com penetração em vários campos da sociedade.

2.3) Jornalismo investigativo

Alguns pesquisadores e jornalistas defendem que a expressão **jornalismo investigativo** é redundante, uma vez que, em princípio, todo jornalismo precisa investigar. No entanto, há matérias produzidas sem que haja investigação do jornalista, a exemplo dos textos que apenas reproduzem declarações/depoimentos de autoridades e outras pessoas de interesse público. Portanto, deve-se considerar que há um tipo de jornalismo, o investigativo, que se diferencia do jornalismo diário de outras formas de se fazer jornalismo.

É possível definir jornalismo investigativo pelo tem que aborda, pela reação que gera ou pelo tipo de apuração, pela forma como determinada reportagem forma obtida. Assim como o jornalista e pesquisador Solano Nascimento defendeu em sua tese de doutorado, “Jornalismo sobre investigações: relações entre Ministério Público e a imprensa”, também considero a última definição a mais abrangente.

O jornalista Robert Greene define jornalismo investigativo como aquele que produz a descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa dos repórteres (NASCIMENTO,

2007: 22). A jornalista Lucinda Fleeson defende que uma reportagem investigativa deve conter “trabalho original, não ligado a investigações de autoridade” (FLEESON *apud* NASCIMENTO, 2007: 23).

Em sua tese, Nascimento defende que as definições sustentadas por jornalistas e pesquisadores “têm um traço em comum: o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do repórter” (2009: 27). Portanto,

“vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por algum investigador que não seja o jornalista não são considerados exemplos de jornalismo investigativo” (2009: 26-27).

Tampouco pode ser considerada investigativa uma reportagem que revela uma investigação feita por autoridades cujo ofício é investigar. No entanto, “se um jornalista está apurando uma denúncia que envolve um prefeito e consegue, entre outras provas, um depoimento de um antigo motorista do prefeito”, isso é uma investigação jornalística. Portanto, é preciso distinguir os tipos de fontes que levam ao jornalismo investigativo ou não-investigativo. “Há uma clara diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade”, resume Nascimento (2009: 28).

Para demarcar essas fronteiras, o autor considera, remontando ao livro “Os elementos do jornalismo”, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel, que há *jornalismo investigativo* e *jornalismo sobre investigações*. A partir desses conceitos, pode-se afirmar que as duas modalidades são encontradas em pelo menos um dos relatos que compõem o produto **Doce verde amargo**, aquele apresentado entre as páginas 41 e 46 do livro, no capítulo 1.

O relato em questão revela os resultados – ou parte deles – de investigações desenvolvidas por fiscais de renda da Secretaria da Fazenda (Sefaz) de Alagoas. Tais investigações apontavam indícios de que usinas e destilarias sonegavam parte do ICMS devido ao estado. O relato também afirma que as investigações se interromperam em janeiro de 2009 e não foram retomadas. Podemos classificar essa parte do relato como jornalismo sobre investigações, uma vez que, embora cite documentos sigilosos, a reportagem reproduz “algum tipo de revelação obtida por algum investigador”, por “autoridades cujo ofício é investigar”.

Outra parte do relato revela que o grupo de trabalho responsável pelas investigações foi desativado e que o setor sucroalcooleiro passou a ser, oficialmente, fiscalizado por outro grupo de trabalho, implantado em dezembro de 2009. A reportagem aponta, ainda, que o novo grupo não foi efetivamente implementado e que, após seu prazo de vigência, expirado em fevereiro de 2010, a fiscalização da arrecadação de usinas e destilarias foi suspensa na prática, embora a Sefaz, por meio de sua subsecretária, negue essa suspensão.

Essa parte do relato pode ser classificada como jornalismo investigativo, uma vez que, embora se utilize de documentos públicos, a “reportagem envolve o próprio repórter na descoberta e documentação de atividades até então desconhecidas do público” – na definição de Kovach e Rosenstiel (*apud* NASCIMENTO, 2007: 25). Nesse caso, talvez seja mais apropriado falar em *falta* de atividades.

2.4) Jornalismo literário

Jornalismo impresso e literatura aproximam-se, intersectam-se, sobretudo desde quando a imprensa ganha sua feição moderna, industrial, a partir da segunda metade do século XIX. À

medida que o texto jornalístico evolui da notícia para a reportagem, surge a necessidade de aperfeiçoamento das técnicas de tratamento da mensagem. De todas as formas de comunicação jornalística, a reportagem, especialmente em livro, é a que mais se apropria do fazer literário. (LIMA, 2009: 173).

No entanto, essa apropriação se dá por meio de adaptações, uma vez que jornalismo e literatura se relacionam com o mundo objetivo de formas diferentes.

“Mesmo quando representa o real, pela ficção, a factualidade concreta, efetiva – de acontecimentos, personagens e ambientes perfeitamente existentes e nominados, do espaço social verdadeiro – não é, na maioria dos casos, o item primordial. (...) E é esta tarefa, a de sair ao real para coletar dados e retratá-lo, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura, adaptando-as, transformando-as” (LIMA, 2009: 178).

O jornalismo não se pode dar certos luxos comuns à literatura. Não pode mergulhar no pensamento de um personagem, tecer seu fluxo de consciência, com faz James Joyce em “Ulisses”. O jornalismo se limita a fatos verificáveis e comprováveis, atém-se

“ao que considera apurável e, nesse sentido, ao que pode apreender a partir do conceito de objetividade: aquilo que disseram, nunca o que pensam, ou sentem, a não ser — caso do jornalismo literário — se isso puder ser apurado, e só poderá sê-lo em circunstâncias muito particulares” (PANIAGO, 2008: 40).

Jornalismo literário designa uma abordagem que

“sabe que o substantivo da expressão é jornalismo, e, portanto, uma série de princípios precisa ser resguardada, entre eles a veracidade, a busca pelo factual, a fidedignidade do relato. O que existe de literatura é a utilização de uma série de técnicas para fazer relatos há muito desenvolvidas por esse campo do conhecimento. Sempre resguardado o princípio de que, em se tratando de jornalismo, não se vai dar asas à imaginação nem se vai permitir falsear, ou ficcionalizar, o que quer que se tenha escolhido como tema. Boa parte, portanto, do arsenal que o jornalismo vai tomar de empréstimo à literatura vem exclusivamente de uma das grandes vertentes: a do realismo, aqui entendido não como um gênero, simplesmente, ou uma época específica na história da literatura, mas como uma atitude de apreensão, aquilo que Platão e Aristóteles escolheram chamar *mimesis*, ou seja, uma vontade de *representar* a realidade” (PANIAGO, 2008: 56-57).

A abordagem do jornalista literário é diferente, desde a apuração até a redação e a edição. Ele usa técnicas de literatura não para embelezar o texto – embora esse possa ser um dos efeitos alcançados –, mas porque o assunto/objeto de sua reportagem e o fim a que ela se propõe exigem o emprego dessas técnicas.

Paulo Paniago defende que o exercício do jornalismo se dá em duas grandes linhas. O *jornalismo tradicional* é voltado à “defesa do conceito de objetividade, de captação de uma realidade senão fixa, pelo menos representável”. Nesse caso, há maior probabilidade de que o leitor tome decisões imediatas, “uma vez que há intensa preocupação com o fornecimento de notícias quentes, ou seja, as mais recentes possíveis”. A apuração do material precisa ser veloz e, portanto, é passível de mais equívocos. A apresentação do material se encaixa, quase sempre,

“nos pré-moldados do texto, por exemplo, no conceito de pirâmide invertida, ou seja, as informações são hierarquizadas e apresentadas da mais para a menos importante. Isso requer a presença do *lead*, o parágrafo de abertura que concentra o clímax da notícia ao responder a seis perguntas: quem, o quê, quando, onde, como e por que” (PANIAGO, 2008: 60-61).

A outra grande linha corresponde à do *jornalismo literário*. Nesse caso,

“o leitor não será estimulado a tomar decisões imediatas. Pelo contrário, a ambição do jornalista é provocar no leitor memorização do que leu, portanto vai se valer de recursos que o afetem na sensibilidade para determinados temas e angulações inusitadas. Isso afetará profundamente o modo de apuração, que não pode ser apressado. Quanto mais detalhes se fornecer — acerca do ambiente, dos personagens envolvidos —, mais eficaz o texto se torna nesse processo de sensibilização. Há, em decorrência disso, uma intensa preocupação, não com informações fornecidas secamente, mas com os personagens responsáveis pelas ações, e com mostrá-los na complexidade em que existem, ou seja, suas dúvidas, hesitações, seus erros, arrependimentos etc. Um processo chamado de ‘humanização’, mas que tem a ver com a preocupação da literatura em mostrar a força e a presença do personagem nas ações, mais que mostrar a força e a presença do destino inexorável na conduta da vida pública” (PANIAGO, 2008: 61-62).

Alguns trechos da reportagem **Doce verde amargo** podem ser classificados como jornalismo literário, em particular nos capítulos 2 e 3. Há a preocupação de “humanizar” o relato, por meio de uma apresentação mais global de fontes/personagens, por meio da descrição

cuidadosa de pessoas, gestos, expressões e ambientes. No início do capítulo 2, por exemplo, números e outros dados que poderiam “burocratizar” o texto são apresentados em meio à narração de ações dos personagens, o que torna a leitura mais agradável e aproxima mais o leitor da realidade retratada.

3) O sistema econômico da cana-de-açúcar em Alagoas, da Colônia ao século XXI

Este capítulo faz uma retrospectiva histórica do setor sucroalcooleiro em Alagoas e resume, portanto, informações obtidas por meio das leituras e entrevistas. Alguns dados aqui apresentados não foram incluídos no livro-reportagem.

O território alagoano apresentou três focos iniciais de povoamento. Um se assentou ao norte e teve Porto Calvo como núcleo de irradiação. O segundo se desenvolveu no centro do litoral, em torno das lagoas Mundaú e Manguaba, hoje integradas ao município de Maceió. O terceiro foco situou-se ao sul e teve como centro de expansão Penedo, às margens do rio São Francisco (DIÉGUES JR, 2006a: 43).

O povoamento desses três núcleos iniciou-se nas últimas décadas do século XVI. Os dois primeiros estabilizaram-se, economicamente, em torno da cultura da cana-de-açúcar. Ao sul, dominava a pecuária bovina, indispensável ao abastecimento dos engenhos em animais de trabalho e de corte.

“No primeiro século de ocupação, a cana ficou circunscrita às várzeas, uma vez que, no litoral, as restingas arenosas não o permitiam e, no interior, as áreas de tabuleiros, cobertas pela floresta Atlântica ou por cerrados, (...) também não ofereciam condições para a sua cultura” (ANDRADE, 2010b: 24). A área ocupada pelos canaviais era reduzida e havia espaço para outras culturas, como os coqueiros, o algodão e as lavouras de mantimento.

Quando os holandeses chegaram ao Nordeste, no século XVII, a produção açucareira começava a se avolumar, mas a monocultura da cana não havia açambarcado tudo (DIÉGUES JR, 2006a: 91). Na porção central de Alagoas, “há um povoado de poucos habitantes e nas imediações há cinco ou seis engenhos, mas fazem pouco açúcar e anos há em que não moem”,

observou o viajante Adriaen Verdonck em relato de 1630. Verdonck percebeu que a maior parte da farinha consumida em Pernambuco procedia de Alagoas, onde se multiplicavam as raízes de mandioca.

Na passagem dos batavos por Alagoas, os engenhos foram incendiados, demolidos, confiscados. Os invasores puseram fogo aos canaviais, saquearam, degolaram moradores. A região ficou quase inteiramente despovoada. A incipiente economia do açúcar foi destruída. O reerguimento dela começou após o território ser recobrado pelos portugueses.

Por mais de três séculos, o engenho “se constituiu não só grande centro de vida social como de produção econômica. Sua influência (...) se alargara e absorvia também as áreas urbanas; vilas ou povoados eram um prolongamento do engenho” (DIÉGUES JR, 2006b: 20). O engenho apresentava um caráter de feudo autárquico. Em suas terras, havia currais e instalações de marcenaria, carpintaria, casa de farinha, olaria, caieira e estrebaria.

A área de influência dos engenhos, centros sociais e econômicos, abarcava a política: “os senhores de engenho ocupavam as funções públicas de administração ou mantinham nelas prepostos seus” (Idem, 2006b: 20). A sociedade era muito hierarquizada, e o senhor de engenho era, também, um chefe militar, tendo que se manter armado, a fim de resistir às revoltas dos negros e ao ataque dos quilombos. Os escravos empregados nos engenhos eram, inicialmente, indígenas e negros da Guiné, mas, com a escassez dos primeiros, dizimados nas guerras ou obrigados a emigrar para o sertão, a escravaria passou a ser formada apenas por negros (ANDRADE, 2010b: 26).

No século XVIII, a cultura da cana começou a apresentar alguma importância no sul de Alagoas, com o aparecimento dos primeiros engenhos, mas a criação de gado ainda era a atividade econômica dominante na região. No século seguinte, a cana passou a conquistar

grandes extensões no sul alagoano, inclusive às margens do rio São Francisco, e a ocupar os vales de rios importantes como Coruripe, Jequiá e São Miguel (ANDRADE, 2010a: 49).

Quase toda a região drenada por esses três rios era coberta, no período pré-colonial, por densa Mata Atlântica. A destruição das florestas foi feita por etapas. Primeiramente, entre os séculos XVI e XVIII, os colonizadores destruíram a vegetação das várzeas contíguas aos pastos que alimentavam seus rebanhos. O surto canavieiro dos séculos XVIII e XIX liquidou as matas da várzea e das encostas, e só deixou intactas as dos tabuleiros planos, graças à crença de que seus solos não se prestavam ao plantio da cana. A crença caiu por terra em 1951, quando os irmãos Coutinho, após adquirirem a Sinimbu – que possuem até hoje –, estenderam os canaviais pelos tabuleiros, por meio do uso de adubo. A experiência exitosa foi seguida por outros agricultores.

A substituição das porções de Mata Atlântica pela cana foi feita rapidamente. Não havia interesse na exploração da floresta e os proprietários das terras retiravam apenas as madeiras de lei. O solo cheio de tocos, caules derrubados e ramagens era queimado alguns dias depois. Assim, “o solo, que poderia reter grande quantidade de matéria orgânica fornecida pela mata (...), tem a mesma transformada em cinza, isto é, potássio altamente solúvel. Os processos se intensificam, acentuando-se, sobretudo, as enxurradas” (ANDRADE, 2010a: 60).

O ritmo de modernização do setor sucroalcooleiro foi lento. A área plantada alastrava-se apenas horizontalmente até que, no século XVIII, fosse implantada uma nova variedade importante de cana-de-açúcar – a caiana, vinda de Caiena, cidade da Guiana Francesa. O engenho a vapor, o arado, as máquinas e a queima do bagaço para movimentar as caldeiras são de introdução ainda mais tardia. O transporte do açúcar era feito, até o início do século XX, em barcaças que aproveitavam os trechos dos rios navegáveis perto do litoral e as águas das lagoas

Mundaú e Manguaba As estradas eram veredas toscas por onde passavam apenas animais que serviam de meios de transporte. (CARVALHO, 2009: 13).

Além da produtividade baixa no campo e da má qualidade dos produtos saídos dos engenhos e das usinas instaladas no final do século XIX, havia o problema da corrupção. Alguns exportadores de açúcar, para aumentar o volume da mercadoria, misturavam-na com argila e outras substâncias, acarretando restrições ao açúcar brasileiro no mercado internacional (ANDRADE, 2010b: 38).

Na segunda metade do século XIX, aumentou a pressão da concorrência externa, tanto do já tradicional açúcar das Antilhas, quanto do açúcar europeu, feito a partir da beterraba. Não havia, no país, um mercado interno capaz de absorver a produção nacional. Uma crise forte se instalou no setor açucareiro nordestino. O Estado entrou em ação. Para melhorar as condições de produção e exportação, o governo imperial decidiu, em 1875, separar a atividade agrícola, que continuaria com os antigos banguzeiros, da fabril, confiada a empresas chamadas engenhos centrais, para onde seria remetida a matéria-prima.

A idéia era favorecer a introdução de inovações no campo e na indústria, aumentar a produtividade e diminuir os custos. O maquinário ajudaria a suprir a iminente falta da mão-de-obra escrava. Senhores de engenho não gostaram de se tornar vendedores de cana, mas houve entusiasmo entre capitalistas. O governo era responsável por conceder autorização para construir engenhos centrais, comprometia-se a garantir o rendimento de juros de até 7% ao ano sobre o capital empregado e distribuía auxílio às empresas empreendedoras (ANDRADE, 2010b: 41).

O sistema dos engenhos centrais não vingou. Os donos de engenho, temendo perder o controle sobre o complexo produtor, continuaram a moer cana e não garantiam fornecimento regular da matéria-prima. Além disso, havia um descompasso entre o progresso técnico da

fábrica e a estagnação da lavoura. Instaladas a partir do final do século XIX, as usinas resolveram esse problema ao plantar sua própria cana e ao comprar de fornecedores a outra parte de seus insumos. A classe dos banguzeiros, então, foi cingida entre os que se tornaram industriais e proprietários de terras e os que passaram a ser apenas fornecedores (CARVALHO, 2009: 16). Na safra 1922-1923, as usinas superaram, em quantidade, a produção de açúcar dos velhos engenhos.

A intervenção do Estado na agroindústria sucroalcooleira é tão antiga quanto a existência dessa atividade no país. A produção de açúcar, no Nordeste, surgiu por uma decisão do Estado português, centro do poder político colonial, que estabelecia as regras básicas, doava terras, controlava as exportações, estimulava o tráfico negreiro e mantinha a escravidão. A metrópole proibia todas as atividades que concorressem com a fabricação do açúcar, em sintonia e estreita colaboração com os senhores de engenho e os comerciantes instalados nas cidades do litoral. “A Independência do Brasil, a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República não alteraram os laços que uniam a representação política do complexo do açúcar e o Estado, desde a era escravista” (CARVALHO, 2009: 13).

Em 1933, a secular intervenção do Estado nesse setor da economia foi consolidada com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Além de mediar a relação entre fornecedores e usineiros, a entidade buscou contornar a crise mundial e nacional de superprodução, estabelecendo cotas de produção por estado, por usina e por fornecedor, definindo regras para exportação e administrando os preços para a cana e seus derivados.

O risco de se produzir cana, açúcar e álcool no Brasil foi praticamente eliminado. A reserva de mercado e a compra da safra garantiam a produção. A fixação de preços garantia a

margem de lucro. Os empresários do Nordeste exerceram a hegemonia administrativa do IAA e, por isso, foram privilegiados em relação às usinas do Centro-Sul, mais produtivas.

Os custos de produção mais altos das usinas nordestinas eram compensados por meio do mecanismo de “equalização de custos”, que infringia as leis de competitividade da economia de mercado e transferia recursos públicos para o ramo menos eficiente da indústria. No período de 1974 a 1984, os produtores do Nordeste receberam 95,6% do total de subsídios de equalização, cerca de 2,2 bilhões de dólares. (LIMA, 2008: 24-25).

A partir da década de 1960, a presença reguladora do IAA é ampliada com a introdução de programas, planos e fundos federais de apoio à modernização da produção açucareira. Por exemplo, o Programa de Racionalização da Agroindústria Canavieira (1971), depois transformado no Programa de Apoio à Agroindústria Açucareira (1973), “financiou a compra de terras, a expansão da área plantada, a importação de máquinas necessária ao processo industrial e a aquisição de fertilizantes, por meio de empréstimos a longo prazo, com juros subsidiados e com isenção de correção monetária” (CARVALHO, 2009: 29). A produção de cana em Alagoas saltou de 4,1 milhões de toneladas, em 1960, para 17,1 milhões em 1980.

De todos os programas ligados à agroindústria, o mais importante foi o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), criado em 1975. O objetivo era criar mercado para a elevada produção de cana e uma alternativa energética aos derivados de petróleo, cujos aumento de preços atingia diretamente a balança comercial brasileira. Foram desenvolvidos projetos para a utilização do etanol não mais apenas como mistura carburante, mas como combustível.

Até 1975, quase não se moía cana diretamente para a produção de álcool. Na década de 1980, o combustível substituiu o açúcar como centro dinâmico do setor e passou a ser o principal produto de um projeto que articulava a agroindústria sucroalcooleira e a indústria

automobilística. Novamente, o repasse de recursos público foi vultoso. De 1976 a 1988, foram destinados ao Proálcool cerca de 7,5 bilhões de dólares, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (LIMA: 2008, 36). O programa financiava a estocagem do álcool nas destilarias, além de dar garantias de compra do produto pela Petrobrás.

Em termos relativos, Alagoas foi um dos estados mais beneficiados pelo Proálcool, recebendo 7% dos projetos aprovados e 8,1% dos recursos destinados. Entre 1975 e 1989, triplicou sua área plantada com cana, quase duplicou a produção de açúcar, instalou 29 destilarias, multiplicou a produção de álcool em 25 vezes e apresentou o maior crescimento proporcional entre os produtores de álcool no país (CARVALHO, 2009: 42-43). Ao mesmo tempo em que a cana alargava seu domínio, entre 1976 e 1980, a área de outras culturas alimentares se retraíam, como arroz (-30%), feijão (-5,6%) e mandioca (-27,1%).

A implantação das políticas que resultaram nas transformações do setor acarretou uma sangria das finanças públicas. O endividamento dos empresários com o Banco do Brasil, o Tesouro Nacional, a Receita Federal e o IAA somava, em 1991, 2,05 bilhões de dólares. Com o INSS, em março de 1993, a dívida atingia mais de 60 milhões de dólares, dos quais 33% pertenciam aos usineiros alagoanos, mais que a região Centro-Sul.

A desaceleração do Proálcool, a partir de 1986, e a dificuldade de obter apoio e financiamento fizeram com que o setor sucroalcooleiro alagoano avançasse sobre o erário estadual. A companhia estadual de eletricidade, Ceal, passou a sofrer com a inadimplência do setor, que atingia, em 1996, R\$ 40 milhões (CARVALHO, 2009: 53).

Os usineiros também recorreram aos cofres do banco estadual, Produban, que entrou em processo de liquidação em 1997. Para averiguar os motivos da falência do Produban, a Assembleia Legislativa de Alagoas criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), cujo

relatório final foi votado em 2003. A reportagem não teve acesso ao relatório, mas, segundo o economista Carvalho (2010, 55), os débitos de que o banco era credor totalizavam R\$ 2,5 bilhões, sendo que mais de R\$ 700 milhões estavam em posse de empresas sucroalcooleiras, redes de hotéis, empresas públicas e políticos.

As investidas dos usineiros sobre o erário do estado foram coroadas entre 1988 e 1989, quando o Governo do Estado, de um lado, e usinas e destilarias, de outro, firmaram o que ficou conhecido como “acordo dos usineiros”. “Na história política e econômica recente de Alagoas, esse acordo foi talvez o que mais consequências negativas trouxe para o estado”, considera Lima (2008, 44).

Para entender o acordo, é preciso considerar seu ponto de partida. Em 1987, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional a lei estadual Nº 4.418, de 1982, que determinava a recolhimento do antigo ICM, atual ICMS, sobre o mero deslocamento físico da cana-de-açúcar entre unidades pertencentes à mesma empresa ou pessoa jurídica. Em outros termos, a usina ficou desobrigada de pagar ICM sobre a cana própria. A decisão do STF foi repetida para outros estados, como Mato Grosso do Sul e Paraíba.

A decisão fez com que a participação do setor sucroalcooleiro na arrecadação do ICMS de Alagoas despencasse, segundo dados da Sefaz. Em 1983, o setor respondia por 58,02% do montante recolhido. Em 1988, o índice estava em 15,84%. No ano seguinte, caiu para 4,48% e, em 1991, chegou a 1,48%.

Em Alagoas, no entanto, não houve simplesmente a paralisação das cobranças. De posse da decisão do STF, os usineiros deram entrada em uma Ação Administrativa na Sefaz, requerendo a devolução do ICM pago nos cinco anos anteriores, prazo fixado pelo Código

Tributário Nacional. Negada tal Ação, o passo seguinte dos empresários foi recorrer ao Poder Judiciário por meio de uma Ação Judicial de Restituição de Indébito.

Porém, o governador da época, Fernando Collor, antecipou-se à decisão em primeira instância e lavrou, com as empresas reclamantes, os Termos de Transação do Indébito da Cana Própria, popularmente chamados de “acordo dos usineiros”. Os termos foram pactuados em duas ocasiões. O primeiro, em 15 de julho de 1988, envolveu 19 empresas; o segundo, em 19 de abril de 1989, mais 12 empresas. Nesses termos de transação, foi estabelecido que a dívida assumida pelo governo estadual deveria ser convertida em crédito fiscal e dividida em 120 parcelas mensais, corrigidas monetariamente com o maior índice do período, a ser escolhido pelos credores.

Em 1997, o acordo foi anulado. Em 26 de julho desse ano, Manuel Gomes de Barros, vice de Divaldo Suruagy que o havia sucedido no governo após ele renunciar, lançou uma portaria anulando as transações de 1988 e 1989, ao considerar, entre outras alegações, que haviam sido pactuadas “sem autorização legislativa”.

Porém, as pendências decorrentes do acordo de Collor se arrastaram até 2004, quando o então governador, Ronaldo Lessa, negociou com os produtores de açúcar e álcool uma solução para os débitos relacionados ao recolhimento de ICMS. Pela primeira vez desde o pacto firmado com Collor, os usineiros deixavam a condição de credores e assumiam a de devedores do estado. Precisariam devolver aos cofres públicos o valor dos créditos que usufruíram por conta dos termos de transação de 1988 e 1989 e da lei de 1998. A negociação também incluiu outros débitos do setor.

A Sefaz calculou que o setor deveria pagar ao estado R\$ 1,5 bilhão. No entanto, o escritório paulista Levy & Salomão Advogados Associados, contratado para mediar a

negociação, chegou ao valor de R\$ 446,6 milhões, a serem pagos em 180 parcelas (15 anos). Do total, R\$ 353,3 milhões equivaliam ao ressarcimento do crédito do acordo dos usineiros. Os números, afinal, foram impressos em um termo de transação fechado em outubro de 2004. Na década de 1990, ocorreu a gradativa desregulamentação do setor sucroalcooleiro, após o fim do IAA. Tornaram-se livres os preços do açúcar, do álcool e da cana e as exportações foram privatizadas, passando a ser feitas diretamente pelas usinas ou por *tradings*.

A desregulamentação pôs os assimétricos centros produtores em igualdade formal na disputa pelos mercados interno e externo. O resultado foi que o Brasil aumentou a produção e o Norte-Nordeste foi perdendo espaço relativo para o Centro-Sul. Nos anos 2000, a diferença se acentuou. Entre as safras 2006-2001 e 2010-2011, o Brasil aumentou em 31,4% sua produção de cana, enquanto o Centro-Sul cresceu 33,36% e o Norte-Nordeste, apenas 13,48%. Na safra 2010-2011, o Centro-Sul foi responsável por 89,83% do montante. Alagoas foi o maior produtor do Nordeste e o sexto do país, com 4,63% da cana colhida.

No Centro-Sul, cada hectare rendeu 69,8 toneladas de cana na safra 2010-2011, em média. No Norte-Nordeste, a mesma porção de terra produziu 52,17 toneladas. Minas Gerais apresentou a maior produtividade (86,18 toneladas) dos 22 estados produtores, enquanto Alagoas teve a oitava maior (66.03).

Para compensar a disparidade de produtividades e custos de produção entre as regiões, os plantadores nordestinos já contaram com o auxílio federal por meio do Programa de Equalização do Custo de Produção da Cana-de-Açúcar do Nordeste. Em sua última edição, em 2002, o programa repassou R\$ 5,07 por tonelada, o que totalizou R\$ 447,7 milhões para a cana processada entre as safras 1998/1999 e 2001/2002.

Nas últimas oito safras, a área de cana cresceu em Alagoas. Na safra 2004-2005, havia 423,2 mil hectares, contra os 450,75 mil hectares estimados pela Conab para 2011-2012. No entanto, a área diminuiu se comparada às décadas de 1980, quando houve um pico de 687 mil hectares em 1987. Empresários afirmam que a expansão horizontal dos canaviais, nos próximos anos, deve ser insignificante. Portanto, os investimentos devem se concentrar no aumento vertical da produção, isto é, no desenvolvimento de variedades mais produtivas da planta, em métodos mais eficientes de plantio e manutenção das lavouras e na aquisição de máquinas.

Atualmente, há 24 usinas e destilarias em atividade em Alagoas, instaladas em 19 dos 62 municípios onde há plantações de cana. O setor apresenta boas perspectivas de lucro para os próximos anos, haja visto que o mercado para o etanol combustível está em franca expansão. A cada ano, eleva-se o número de carros flex-fuel, ou simplesmente flex, capazes de identificar a presença de gasolina ou etanol no tanque de combustível, em qualquer proporção, e ajustar automaticamente o funcionamento do motor para a mistura de combustível em uso. Em 2007, a participação dos veículos flex no total de automóveis comerciais leves novos vendidos no Brasil atingiu a marca de 85,6%. Em 2003, quando foram introduzidos no mercado brasileiro, os veículos flex correspondiam a apenas 3,7% dos veículos novos vendidos, segundo dados da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores. (Anfavea).

A participação do automóvel flex tende a se estabilizar em torno de 90% de seu segmento. Estima-se que, ao final de 2011, a frota Flex ultrapasse os 10 milhões de unidades e, por conseguinte, o consumo de etanol no Brasil supere o da gasolina, segundo a Anfavea. “O etanol passou a ter um mercado maior e mais estável do que no período do Proálcool (1975-1990)” (CARVALHO *apud* ANDRADE, 2010b: 7).

Nos últimos anos, as usinas ganharam uma nova possibilidade de lucro: a produção de bioeletricidade, geração de energia elétrica a partir de biomassa composta pelo bagaço e a palha da cana. “Vivemos a transição da era açucareira para a sucroenergética” (CARVALHO *apud* ANDRADE, 2010b: 7). Atualmente, usinas e destilarias suprem o consumo próprio de eletricidade e ainda produzem um excedente que pode ser vendido. A União da Indústria da Cana-de-Açúcar estima que, em 2020, a produção de bioeletricidade corresponda a 20% da matriz elétrica brasileira.

Segundo o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas, Pedro Robério, todas as usinas alagoanas são autossuficientes em energia elétrica, mas ele espera que o fornecimento a terceiros se amplie. “Será uma renda marginal (para usinas e destilarias), mas o problema é a distância entre a geração e a transmissão. O governo precisa instalar linhas de transmissão próximas às usinas. Quem está longe dessas linhas, não consegue vender.”

4) A feitura da reportagem, da concepção ao ponto final

A princípio, eu pensava em fazer uma grande reportagem sobre o sertão alagoano, região mais pobre do estado mais pobre. Na verdade, seria uma reportagem sobre como é viver em tamanha privação de bens materiais e de esperança de obtê-los. Mas receei ser redundante. O sertão é um tema pisado e repisado – em jornalismo, literatura, cinema, história... E Graciliano Ramos retratou a carência em *Vidas Secas* com competência que eu jamais alcançaria. Abandonei a idéia.

Alagoas continuou a me perseguir, como se eu precisasse abordar o estado onde nasci e me criei, um estado estranhíssimo que me agrada e aborrece, a que nunca me acomodei. Tinha que ser um assunto que me permitisse ter contato com modos de vida completamente diferentes do meu; que me fizesse ter que viajar pelo estado, não podia ficar circunscrito a Maceió. Então, veio a cana. Os campos de cana monótonos que tomam tudo e me prendem o olhar desde criança, quando viajava de carro com a família à praia ou ao interior. A cana dos cortadores e dos usineiros de que ouvia falar.

Faria um perfil do sistema econômico da agroindústria sucroalcooleira em Alagoas e mostraria que ela não é só economia. Deveria ler muito, entrevistar muita gente e exercitar a reportagem como jamais o havia feito.

Uma reportagem com essa amplitude me permitiria desenvolver o trabalho de repórter em suas várias vertentes e explorar as quatro características da reportagem apontadas por Sodré e Ferrai (1986: 15): 1) predominância da forma narrativa, 2) humanização do relato, 3) texto de natureza impressionista e 4) objetividade dos fatos narrados.

Antes mesmo de me definir pelo tema da cana, comecei a pesquisar livros, matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos. Procurei saber se alguém já havia feito uma grande reportagem sobre o tema. Falei com professores e jornalistas de Alagoas, que não tinham notícia de trabalho com proposta semelhante. Entrei em contato com um dos mais dedicados estudiosos do assunto no estado, o professor Cícero Péricles de Carvalho, da Universidade Federal de Alagoas. Desde o início, Cícero procedeu como um co-orientador informal, sugerindo leituras e entrevistas, passando números de telefones e endereços de e-mail.

Antes de viajar, li uma parte dos livros, monografias e artigos acadêmicos que havia reunido, defini os tópicos a serem apurados em Alagoas e as fontes que deveria procurar. Com algumas das fontes, havia feito contatos prévios e agendado encontros. No entanto, não consegui deixar Brasília com um cronograma de atividades tão adiantado quanto gostaria. Senti uma dificuldade imensa em planejar atividades para dali a quatro ou cinco dias, uma ou duas semanas. Meu planejamento quase que se limitava ao que eu faria hoje e amanhã. Também (mas não somente) por isso precisei ficar em Alagoas mais tempo do que havia previsto.

O fato de eu ter me demorado mais do que o planejado em Alagoas também se deve ao atraso no início das safras. Eu havia telefonado para boa parte das usinas antes de viajar e a maioria delas previa o início da moagem da cana para meados de agosto, embora nenhuma tivesse “fechado” uma data, nem pudesse fazê-lo. Por isso, defini com a fotógrafa Sionelly Leite que começaríamos as visitas a usinas e seus canaviais em 20 de agosto. No entanto, as chuvas atrasaram em mais de duas semanas o início da moagem. A usina Santo Antonio foi a primeira a ligar as máquinas, em 31 de agosto.

Além disso, a demora em Alagoas se explica pelo fato de que algumas entrevistas importantes demoraram a se realizar e exigiram bastante insistência de minha parte,

especialmente aquelas com o deputado estadual Fernando Toledo e o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Alagoas (Sindaçúcar), Pedro Robério. Outras entrevistas acabaram não ocorrendo, apesar das inúmeras e insistentes ligações para assessorias. Entre elas, estão as de Fernando Collor, João Lyra, Teotônio Vilela, Ronaldo Lessa e Renan Calheiros. Mesmo assim, realizei 67 entrevistas.

As andanças com a fotógrafa duraram duas semanas, como havíamos planejado previamente. Visitamos as primeiras duas usinas a iniciarem a safra: Santo Antonio e Caeté. Apesar do atraso para o início das moagens, conseguimos fazer o que queríamos e considerávamos suficiente. Visitamos oito cidades. Fomos a canaviais de usinas, nos deslocamos junto com os cortadores nos ônibus das empresas, visitamos assentamentos de reforma agrária, engenhos de cachaça e rapadura. Conseguimos dormir na casa de um cortador e acompanhar seu dia de trabalho desde o momento em que acorda.

Durante a apuração, precisei exercitar várias formas de aproximação das fontes, que tinham profissões e modos de agir e pensar bem diversos. Algumas dessas pessoas me cativaram logo pelo carinho com que receberam a mim e à fotógrafa. O cortador José Aldo, cujo dia de trabalho acompanhamos e em cuja casa nos hospedamos, e sua mulher, Maria José, viraram amigos para os quais telefonei algumas vezes apenas para saber como estava a família. As conversas por telefone sempre terminaram com promessas de nos encontrarmos mais vezes.

Porém, durante a apuração, busquei interferir o menos possível na rotina dessas pessoas, tornar minha presença “menos presente”, sem com isso me tornar rude, incômodo ou criar um distanciamento postiço. Foi um desafio enorme, talvez o maior que já encarei na atividade jornalística. É possível que, nos capítulos 2 e 3, os aspectos 2 e 3 referidos por Sodré e Ferrari – humanização do relato e texto de natureza impressionista – tenham se sobressaído. “Conforme o

assunto ou o objeto em torno do qual gira a reportagem, algumas dessas características poderão aparecer com maior destaque” (SODRÉ & FERRARI, 1986: 15).

Também precisei lidar com pessoas desconfiadas, com as quais me encontrei várias vezes até conseguir o que queria. Foi o caso das fontes que me forneceram ofícios relativos à atividade do Grupo de Trabalho de Empresas Industriais da Secretaria da Fazenda. Relatórios, memorandos e outros documentos que revelaram que as investigações do grupo apontavam indícios de irregularidade na arrecadação de impostos por parte de usinas e destilarias. Precisei esperar até a penúltima semana em Alagoas para obter esses documentos. E, insistindo no caso, descobri que o setor sucroalcooleiro não é fiscalizado pela Sefaz, oficialmente, desde fevereiro de 2010.

Deixei para começar a escrever a reportagem em minha volta a Brasília, como havia planejado. Inicialmente, pensava em fazer uma revista. Achei que não daria tempo de escrever um livro, embora tivesse apurado o suficiente para isso. No entanto, quando comecei a escrever, me pareceu muito doloroso deixar tantas informações de fora. Parecia injusto comigo mesmo, que tive muito trabalho obtê-las, e com minhas fontes, que se esforçaram para me fornecer boa parte do que pedi.

Em relação ao texto finalizado, sinto, sobretudo, duas ausências: não falei da recente revalorização do etanol combustível e da produção de bioeletricidade pela indústria sucroalcooleira. Não tive tempo para abordar esses tópicos. Tenho dados sobre esses assuntos, mas precisaria pesquisar mais, não queria que ficasse superficial. A não ser que eu desistisse dos encontros com o diagramador e de mandar o material para a gráfica. Ganharia, assim, mais dias para apurar, fazer duas ou três entrevistas e escrever. Mas achei melhor fazer o livro para que eu cumprisse todas as etapas de reportagem, desde as pesquisas prévias até a diagramação, e para

valorizar as fotos de Sionelly Leite, que se dispôs a me acompanhar sem cobrar qualquer remuneração.

Também sinto ter abordado a questão ambiental tanto quanto gostaria. Havia planejado investigar se as enchentes ocorridas em 2010 em Alagoas foram “facilitadas” pelo plantio irregular em Áreas de Preservação Ambiental. Porém, no curso da apuração, decidi deixar essa questão de lado. Eu a considerava e a considero de primeira importância, mas, diante de tudo o que pretendia apurar, acreditava que não daria tempo.

Hoje, porém, penso que abordar de forma ligeira a questão ambiental e os temas do etanol e da bioeletricidade talvez fosse preferível a não abordar de forma alguma. Pretendo, sinceramente, corrigir essas lacunas, caso a reportagem seja publicada futuramente.

5) Expediente do livro-reportagem

Edição e revisão: Solano Nascimento

Projeto gráfico e diagramação: Miguel Vilela

Fotos: Sionelly Leite, Carlos Rosa/ Gazeta de Alagoas, Marco Antônio/ Gazeta de Alagoas,
André Muricy/ Gazeta de Alagoas e Ricardo Lêdo/ Gazeta de Alagoas

Impressão: Athalaia Solução Digital

Tiragem: 15 exemplares

Foto de capa: Sionelly Leite

6) Livros e outras fontes consultadas para a produção do memorial e da reportagem

ALVES, Francisco. Por que morrem os cortadores? **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 90-98, set./dez. 2006.

ALWAYS with us. **The Economist**, 9 julho 2011. Disponível em:

<http://www.economist.com/node/18805840>. Acesso em: 13 agosto 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. Os rios-do-açúcar do Nordeste Oriental: os rios Coruripe, Jequiá e São Miguel. 2. ed. Maceió: Edufal, 2010a. (Olhar de fora).

----- Usinas e destilarias das Alagoas. Maceió: Edufal, 2010b. (Olhar de Fora).

BANCO DO NORDESTE. **As maiores empresas do Nordeste em 2008**. BNB, 2010.

BONIN, Robson. Dilma ‘não hesitará’ em vetar pontos divergentes no Código, diz Vaccarezza.

G1, 24 maio 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/05/dilma-nao-hesitara-em-vetar-pontos-divergentes-no-codigo-diz-vaccarezza.html>. Acesso em: 11 novembro 2011.

BOSCO, Sylvania Del; ROCHA, Leonel. Apocalipse alagoano. **Veja**, 11 junho 1997. Disponível em: http://veja.abril.com.br/110697/p_24.html. Acesso em: 9 outubro 2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Relatório Final do Grupo de Trabalho Interministerial do Setor Sucroalcooleiro da Região Nordeste**. Brasília: MAPA, 2005.

CABRAL, Luiz Antonio Palmeira. **Planos de desenvolvimento de Alagoas: 1960-2000**.

Maceió: Edufal/ Seplan-AL/ Fundação Manuel Lisboa, 2005.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Análise da reestruturação produtiva da agroindústria sucroalcooleira alagoana**. 3. ed. Maceió: Edufal, 2009.

----- . **Economia popular: uma via de modernização para Alagoas**. 4. ed. Maceió: Edufal, 2010.

CARVALHO, Severino. Sem-terra reocupam fazenda Lucena. **Gazeta de Alagoas**, Maceió, 2 setembro 2006. Disponível em:

<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/imprimir.php?c=95541>. Acessado em: 12 outubro 2011.

CIPOLA, Ari. Usineiros destroem casas e criam favelas. **Folha de S. Paulo**, 28 maio 1995.

Disponível em: <http://outrasaida.wordpress.com/2010/05/12/usineiros-destroem-casas-280595/>.

Acesso em: 3 agosto 2011.

DIÉGUES JR. Manuel. **O bangüê nas Alagoas**. Maceió: Edufal, 2006a. (Coleção Nordestina)

----- **O engenho de açúcar no Nordeste**. Maceió: Edufal, 2006b. (Coleção Nordestina).

EM 97, greve de policiais provocou renúncia de Suruagy. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 julho 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u33244.shtml>.

Acesso em: 15 outubro 2011.

Instituto do Açúcar e do Alcool. **Legislação açucareira e alcooleira**. Brasília: IAA/MIC, 1982. v. 1.

IPEA/PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano – Brasil/2003**. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 2004.

JUTTEL, Luiz Paulo. Desgaste físico diário do cortador de cana é igual ao de um maratonista.

ComCiência, 2 junho 2008. Disponível em:

<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=3¬icia=459>. Acesso em: 8 novembro 2011.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 8 ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LIMA, Arakem Alves. **A crise que vem do verde da cana. Uma interpretação da crise financeira do Estado de Alagoas no período 1988-1996**. Maceió: Edufal, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. 4. ed. Barueri: Manole, 2009.

LOBATO, Elvira. AL quer passar dívida de usineiros à União. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 abril 2004. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60327.shtml>. Acesso em: 30 setembro 2011.

MADEIRO, Carlos. AL registra em 2010 maior taxa de homicídio da história de um Estado; índice é igual a do país mais violento do mundo. **UOL**, 9 fevereiro 2011. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/02/09/al-registra-em-2010-maior-taxa-de-homicidio-da-historia-de-um-estado-indice-e-igual-a-do-pais-mais-violento-do-mundo.jhtm>. Acesso em: 5 outubro 2011.

MAGNO, Ana Beatriz. **A agonia da reportagem – Das grandes aventuras da imprensa brasileira à crise do mais fascinante dos gêneros jornalísticos: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso de Jornalismo**. 2006. 168 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

MARQUES, Hugo. Crime sem castigo. **Istoé**, 5 julho 2006, n. 1915. Disponível em: http://www.istoe.com.br/reportagens/7402_CRIME+SEM+CASTIGO. Acesso em: 11 setembro 2011.

NASCIMENTO, Solano. *Jornalismo sobre investigações: relações entre Ministério Público e a imprensa*. 2007. 216 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

OLIVEIRA, Fabíola Cristina Ribeiro de. **Ocupação, emprego e remuneração na cana-de-açúcar e em outras atividades agropecuárias no Brasil, de 1992 a 2007**. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PANIAGO, Paulo. *Um retrato interior: o gênero perfil nas revistas The New Yorker e Realidade*. 2008. 200 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Brasília.

PNUD. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: A Experiência Brasileira Recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008.

REGO, José Lins do. **Fogo morto**. 69. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

----- **Menino de engenho**. 100. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

SANTOS, Neisvaldo Barbosa dos. **Identificação dos fatores críticos da colheita mecanizada de cana-de-açúcar**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado em Máquinas Agrícolas) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SARDINHA, Edson. Deputado mais rico é acusado de trabalho escravo. **Congresso em Foco**, 10 junho 2011. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/trabalho-escravo/deputado-mais-rico-e-acusado-de-trabalho-escravo/>. Acesso em: 23 agosto 2011.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Eficiência econômica de competitividade da cadeia produtiva: de derivados da cana-de-açúcar – Rapadura, mel, alfenim, açúcar mascavo e cachaça**. Maceió: Sebrae-AL; Fade/UFPE, 2003.

SERQUEIRA, Carla. DRT divulga normas para usinas transportarem trabalhadores. **Gazeta de Alagoas**, 1 fevereiro 2005. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/imprimir.php?c=61995>. Acesso em: 12 outubro 2011.

SODRÉ, Muniz; FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: notas sobre a narrativa jornalística**. 5. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1986.

TENÓRIO, Douglas Apratto; DANTAS, Carmem Lúcia. **Caminhos do açúcar – Engenhos e casas-grandes das Alagoas**. 2 ed. Maceió, Sebrae, [s.d].

United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Study on Homicide**. Vienna: UNODC, 2011.

SITES DE CONSULTA

www.agricultura.gov.br

www.camara.gov.br

www.carloslyra.com.br

www.conab.gov.br

www.governo.al.gov.br

www.grupojl.com.br

www.grupoolivaltenorio.com.br

www.grupotoledo.com.br

www.ibge.gov.br

www.mpas.gov.br

www.mte.gov.br

www.prt19.mpt.gov.br

www.sefaz.al.gov.br

www.sindicucar.com.br

www.tse.jus.br

www.unica.com.br

www.usinacoruripe.com.br